

DESCASO. Convênio feito com laboratório de genética da Ufal se encerrou e não foi renovado

Amostras de DNA mofam no IML

Além de cadáveres que são enterrados sem identificação, a falta de exames também atrapalha a elucidação de casos de estupro

MAURÍCIO GONÇALVES
REPÓRTER

Cerca de 200 amostras para coleta de DNA estão apodrecendo numa geladeira do Instituto Médico Legal (IML) de Maceió há mais de dois anos, sem nenhuma expectativa de realização do exame. O diretor do laboratório de genética da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Luiz Antônio Ferreira, atribui o problema à "falta de interesse", "irresponsabilidade" e "malandragem" de gestores da área de segurança e do governo do Estado.

Segundo o professor Luiz Antônio, o convênio firmado entre a Secretaria de Defesa Social (Seds) e a Ufal para a realização dos exames de DNA só durou cerca de um ano e nunca custou um centavo sequer ao Estado. "Isso é uma barbárie total. E como ficam essas 200 famílias? Ter todas estas amostras sem fazer um teste de DNA é um desamor muito grande à terra. No Estado mais violento do País, a pessoa não se digna a resolver isso. É um descaso terrível", desabafa o geneticista.

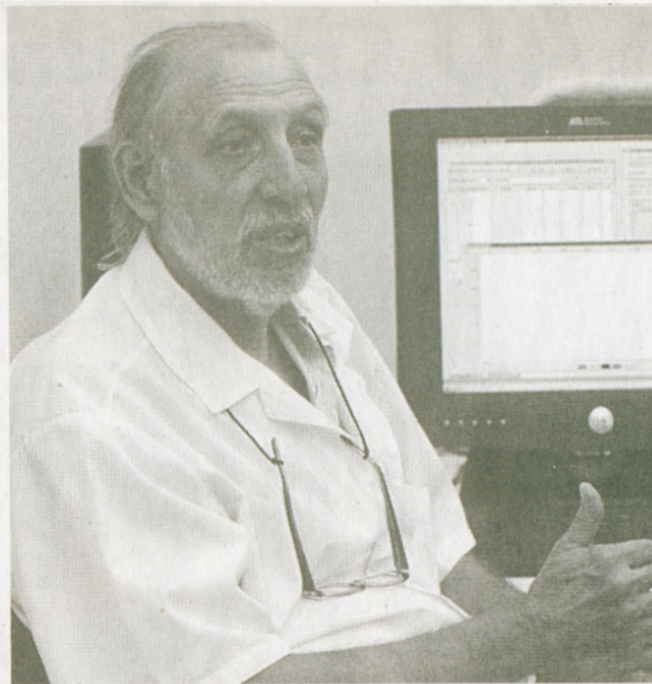
O diretor do IML, Gerson Odilon, confirma o problema, destacando que há uma grande quantidade de laudos pendentes. "Sem o DNA, isso dificulta a conclusão dos nossos re-

sultados, o que também emperra o trabalho do Judiciário, desde os inquéritos policiais até os processos e julgamentos".

Além de cadáveres que são enterrados sem identificação, a falta de DNA também atrapalha a elucidação de casos de estupro. "Há cerca de dois anos, cada exame desse que aparece, a gente encaminha para o Centro de Perícias e eles devolvem sem o resultado", explica o diretor do instituto.

A direção do IML realiza um levantamento para identificar quais dessas amostras já ficaram imprestáveis por causa da demora para a realização dos exames. "Podemos afirmar que, certamente, algumas amostras já não servem mais", antecipa Odilon.

O IML encaminhou um ofício à Promotoria de Controle da Atividade Policial do Ministério Público (MP) em que sugere a criação de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para que os exames voltem a acontecer. O documento aponta os principais problemas do IML (inclusive a falta de um aparelho de raio-x) e também seguirá para o Conselho Estadual de Segurança Pública, Secretaria de Defesa Social, Perícia Oficial, Conselho Regional de Medicina e Tribunal de Justiça.



Professor Luiz Antônio Ferreira critica gestores de segurança pública



Diretor do IML, Gerson Odilon admite problema e cobra medidas

Exames são feitos na base do favor

De graça

Mesmo sem receber um centavo sequer para pagar os custos, o laboratório da Ufal realiza alguns exames, por causa da repercussão de alguns casos e do apelo familiar

Após lançar o projeto, pioneiro no Brasil, do banco de dados de DNA e praticamente "catequizar", nos últimos anos, dezenas de gestores sobre a importância da genética no esclarecimento de crimes, o professor da Ufal Luiz Antônio não esconde a decepção.

"Este era um trabalho que a gente fez de graça durante um ano, mas não há interesse do governo, nunca fizeram nada para renovar o convênio, o problema é que só se preocupam em fazer coisas para roubar. Fica um nhenhém, uma conversa de mandar ofício, mas não adianta, eu já me dispus a ir a Brasília com vários se-

cretários, em desenvolver um projeto, mas eles querem que o dinheiro venha para o Estado, mas aí não vão querer mandar o dinheiro para o Estado", explica o cientista.

Mesmo sem receber um centavo sequer para pagar os custos, o laboratório ainda realiza alguns exa-

mes, na base do favor, por causa da repercussão de alguns casos, do apelo da família ou da aplicação de delegados que procuram o professor Luiz Antônio pessoalmente.

"A gente faz por causa do envolvimento com o drama daquelas famílias e porque a Ufal tem o compromisso de realizar atividades de extensão, mas não tenho a mínima condição de atender aos 200 casos que estão no IML", diz Luiz Antônio.

A delegada de crimes contra a criança e o adolescente, Bárbara Arraes, destaca a importância do DNA para elucidar casos de estupro e homicídios relacionados à violência

sexual. Num dos casos, o acusado negou ter mantido relações sexuais, mas a vítima ficou grávida e o DNA comprovou que o pai era o esturpador.

Com quatro casos recentes, a delegada conta que só obteve êxito com os exames porque procurou diretamente o professor Luiz Antônio. "Sempre temos uma resposta positiva dele, e os resultados nos ajudam bastante", disse Bárbara, sem querer comentar o problema da falta de convênio. Num dos casos, o DNA pôde confirmar que o sangue encontrado no carro do acusado é de uma das quatro vítimas de estupro em Marechal Deodoro. **MG**